

RELATÓRIO REFERENTE CONTAS ANUAIS

PROCESSO N.^º : 3251-4/2009
PRINCIPAL : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO
ASSUNTO : CONTAS ANUAIS DE 2008
GESTOR : JOSÉ CARLOS NOVELLI – 01/01 a 31/01/2008
 ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO – 01/02 a
 31/12/2008
RELATOR : CONSELHEIRO VALTER ALBANO DA SILVA
ANALISADO POR : ÉLIA MARIA ANTONIETO

EXMO SENHOR PRESIDENTE:

Trata o presente relatório de análise efetuada pela Controladoria Interna, das Contas Anuais de 2008 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

As contas do exercício em exame esteve sob a gestão de:

CONSELHEIRO PRESIDENTE

NOME: JOSÉ CARLOS NOVELLI
PERÍODO 01/01 A 31/01/008

CONSELHEIRO PRESIDENTE

NOME ANTONIO JOAQUIM MORAES RODRIGUES NETO
PERÍODO 01/02 A 31/12/2008

ORDENADOR DE DESPESAS

NOME MIGUEL AUGUSTO DE ARRUDA E SILVA
PERÍODO 04/08 A 31/12/2008
**ATO DE
NOMEAÇÃO** Portaria n.115/2008 de 04/08/2008

CONTADOR

NOME MAURÍCIO MARQUES JUNIOR
PERÍODO 01/01 A 31/12/2008

Da análise realizada, resultou o relatório que segue:

1- RESULTADOS DE 2008

PPA	Metas	Resultados		
		2006	2007	2008
146 – Fiscalização da gestão dos recursos públicos	1. Manter a emissão de 100% dos pareceres prévios sobre as contas anuais do Poder Executivo Estadual e Municipal no exercício seguinte ao seu encerramento, até dezembro de 2008.	100%	100%	100%
	2. Garantir o julgamento de 100% das contas anuais enviadas ao TCE/MT no exercício seguinte ao seu encerramento, até dezembro de 2008.	76%	93%	100%
	3. Manter em 100% o controle e acompanhamento concomitante dos atos de gestão, até dezembro de 2008.	100%	100%	100%
291 – Fortalecimento do controle externo	4. Garantir em 50% do Poder Executivo o controle externo sobre os resultados de políticas públicas nas áreas de Educação e Saúde, até dezembro de 2008.		32%	100%
	5. Exigir a implantação de 16,7% das normas de CONTROLE INTERNO nos jurisdicionados, até dezembro de 2008.			
	6. Implantar 100% do sistema de fiscalização de obras públicas - Geo-Obras TCE/MT, até setembro de 2008.			100%
294 – Gestão de processos	7. Elevar de 295,5 para 371 pontos os resultados da avaliação da gestão da instituição pelos critérios do GesPública, até dezembro de 2008	167	295,5	373
292 – Incentivo ao controle social	8. Elevar de 62,6% para 66% o nível de satisfação da sociedade organizada em relação ao controle externo, até dezembro de 2008.	59,3%	62,6%	65,0%
146 – Fiscalização da gestão dos recursos públicos	9. Elevar de 71,3% para 73% o nível de satisfação dos jurisdicionados em relação ao controle externo, até dezembro de 2008.	72,7%	71,3%	
293 – Gestão de pessoas no tribunal de contas	10. Elevar de 65,6% para 67,3% o nível de satisfação dos servidores, até dezembro de 2008.	61,7%	65,6%	67,0%

Fonte: Relatório de Resultados 2008 (f. 157 e 158)

Da análise acima verifica-se que as metas previstas no Plano Plurianual,

priorizadas na Lei Orçamentária do exercício e no Planejamento Estratégico da entidade, foram adequadamente cumpridas.

Com relação às metas 5 e 6 o resultado será conhecido após a análise das contas anuais dos jurisdicionados, que ocorrerá no início de 2009.

2 - ORÇAMENTO E ALTERAÇÕES:

A Lei Orçamentária Anual do Estado de Mato Grosso, prevê Receitas e fixa Despesas para o Tribunal de Contas, para o exercício de 2008, no valor de R\$ 110.191.098,00.

No decorrer do exercício, ocorreram diversas alterações orçamentárias, que foram detalhadas nas análises dos balancetes mensais.

Demonstrativo consolidado do orçamento após as alterações orçamentárias:

TÍTULO	R\$
ORÇAMENTO INICIAL (A)	110.191,098,00
(+) Crédito Suplementar por Superávit do exercício anterior	5.100.000,00
(+) Créditos Adicionais por excesso de arrecadação	2.350.000,00
(+) Crédito Adicional/excesso de arrecadação/Promoex	706.153,51
(+) Crédito Suplementar por Anulação	27.272.687,75
(-) Anulação do Tribunal	25.372.787,75
(A + B) ORÇAMENTO FINAL	120.247.251,51

3 - ANÁLISE DOS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

3.1 Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário apresenta:

TÍTULOS	RECEITA		
	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	1.115.714,00	2.031.834,23	-916.120,23
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	109.075.384,00	111.478.525,46	-2.403.141,46
SUBTOTAL	110.191,098,00	113.510.359,69	-3.319.261,69
DÉFICIT	10.056.153,51	4.564.595,55	5.491.557,96

RECEITA

TOTAL	120.247.251,51	118.074.955,24	2.172.296,27
--------------	-----------------------	-----------------------	---------------------

Fonte: Balanço Orçamentário (fl. 7-TC)

DESPESA

TÍTULOS	FIXADA	REALIZADA	DIFERENÇA
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	116.345.604,51	114.174.655,82	2.170.948,69
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.901.647,00	3.900.299,42	1.347,58
TOTAL	120.247.251,51	118.074.955,24	2.172.296,27

Fonte: Balanço Orçamentário (fl. 7-TC)

Resumindo:

3.1.1. Resultado da arrecadação orçamentária:

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$
(+) Previsão da receita orçamentária	110.191.098,00
(-) Receita orçamentária realizada no exercício	113.510.359,59
(=) Valor arrecadado maior do que a previsão inicial	3.319.261,69

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário (fl. 7-TC)

3.1.2. Economia, Déficit ou Equilíbrio Orçamentários:

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$
(+) Fixação inicial da despesa	110.191.098,00
(+) Créditos adicionais abertos	35.428.841,26
(-) Anulações do Tribunal	25.372.787,75
(=) Total de créditos disponíveis	120.247.251,51
(-) Total despesa realizada (liquidada)	118.074.955,24
(=) Saldo Orçamentário	2.172.296,27

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário (doc. fls. 7-TC)

3.1.3 Resultado da Execução Orçamentária:

DESCRÍÇÃO	VALOR R\$
(+) Receita arrecadada no exercício	113.510.359,59
(-) Despesa liquidada no exercício	118.074.955,24
(=) Resultado orçamentário /Déficit	4.564.595,55

O Balanço Orçamentário apresenta receita arrecadada menor do que a despesa empenhada em R\$ 4.564.595,55, decorrente da folha de pagamento de dezembro e encargos no total de R\$ 5.463.923,72 que foi empenhada em dezembro, mas será paga em janeiro. O Balanço Patrimonial registra na Rubrica Acréscimos Patrimoniais/Incorporação de Outros Créditos o valor de R\$ 5.163.339,00 referente a crédito a receber da SEFAZ para pagamento da folha.

3.2. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro apresenta:

TÍTULOS	RECEITAS	ACUMULADA
ORÇAMENTÁRIA		
RECEITA CORRENTE		2.031.834,23
Receitas Patrimoniais		400.141,22
Receitas de Serviços		1.166.023,22
Outras Receitas Correntes		465.669,79
RECEITA DE CAPITAL		0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		111.478.525,46
Repasso Recebido		111.478.525,46
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA		
Restos a Pagar Processados		3.700.849,98
Consignações Inscritas em Restos a Pagar		1.763.073,74
Consignações do Exercício		20.695.074,23

RECEITAS

SALDO DISPONÍVEL DO EXERCICIO ANTERIOR -

Bancos **5.370.951,37**

TOTAL **145.040.309,01**

Fonte: Balanço Financeiro (fl 9TC)

DESPESAS

TÍTULOS

ACUMULADA

DESPESA ORÇAMENTÁRIA **118.074.955,24**

Legislativa 118.053.011,08

Encargos Especiais 21.944,16

DESPESA EXTRA - ORÇAMENTÁRIA **24.808.583,81**

Restos a Pagar Processados 2.680.585,67

Consignações de Exercícios Anteriores 1.432.923,91

Consignações do Exercício 20.695.074,23

SALDO P/ O EXERCÍCIO SEGUINTE **2.156.769,96**

TOTAL **145.040.309,01**

Fonte: Balanço Financeiro (fl 9-TC)

Analisando o balanço financeiro verifica-se que:

① Os valores contabilizados como receita e despesa orçamentária, transferências intragovernamentais conferem com os demais demonstrativos, quais sejam, balanço orçamentário, comparativo da receita e comparativo da despesa.

② O saldo bancário vindo do exercício anterior de R\$ 5.370.951,37 confere com a apresentado no Balanço de 2007 (folha 143-TC)

③ Os valores registrados como receita extra-orçamentária: Restos a Pagar Processados R\$ 3.700.849,98 somadas às consignações Inscritas em Restos a Pagar R\$ 1.763.073,74, totaliza R\$ 5.463.923,72, conferindo com a relação de Restos a Pagar e com o valor apresentado no Balanço Patrimonial.

- ⑩ Os valores registrados como **despesa extra orçamentária:** Restos a Pagar Processados R\$ 2.680.585,67, confere com a relação dos Restos a Pagar Pagos no Exercício. Consignações Exercícios Anteriores R\$ 1.432.923,91 e Consignações do Exercício R\$ 20.695.074,23 conferem com os valores pagos no exercício.
- ⑩ O saldo que transfere para o exercício seguinte R\$ 2.156.769,96 confere com as conciliações bancárias e com o valor apresentado no Balanço Patrimonial.

3.3 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial apresenta:

	ATIVO	
	NOME DA CONTA	VALORES
ATIVO FINANCEIRO		
Bancos conta movimento		2.156.769,96
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO		
Créditos a Receber		5.163.339,00
ATIVO NÃO FINANCEIROS		41.269.230,13
Estoque de Material de Consumo		460.167,18
IMOBILIZADO		
Bens Imóveis		28.813.503,61
Bens Móveis		11.995.559,34
ATIVO REAL		48.589.339,09
ATIVO COMPENSADO		
Direitos de Convênios firmados de Receitas		1.549.752,00
TOTAL GERAL DO ATIVO		50.139.091,00

Fonte: Balanço Patrimonial (fl10-TC)

	PASSIVO	
	NOME DA CONTA	VALORES
PASSIVO FINANCEIRO		

Restos a Pagar Processados	5.463.923,72
PASSIVO REAL	5.463.923,72
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.125.415,37
PASSIVO COMPENSADO	
Direitos e Obrigações Conveniados	1.549.752,00
TOTAL GERAL DO PASSIVO	50.139.091,00

Fonte: Balanço Patrimonial (f. 10-TC)

Analisando os valores apresentados no Ativo verificamos:

- Banco Conta Movimento R\$ 2.156.769,96 confere com as conciliações bancárias (f. 32-TC);
- Créditos em Circulação – R\$ 5.163.339,00 refere-se a valor a receber da SEFAZ para pagamento da folha de dezembro que será paga em janeiro;
- Estoques de Material de Consumo – R\$ 460.167,18, confere com o demonstrativo de movimentação de Almoxarifado (fls. 56-TC)
- Bens Imóveis – R\$ 28.813.503, confere com o demonstrativo de movimentação de bens (fls. 56-TC);
- Bens Móveis – R\$ 11.995.559,34 - Idem

O valor apresentado no Passivo Financeiro/Restos a Pagar Processados R\$ 5.463.923,72 confere com a Relação de Restos a Pagar (fls. 25-TC). Foi registrado como Ativo e Passivo Compensado/Convênios Firmados de Receitas – R\$ 1.549.752,00 referente ao Convênio PROMOAEEX, sendo R\$ 1.399.752,00 recursos federais e R\$ 150.000,00 contrapartida.

Demonstrativo do saldo Patrimonial/Ativo Real Líquido – R\$ 43.125.415,37:

(+) Saldo do exercício anterior	R\$ 34.806.169,46
(+) Superávit do Exercícios	R\$ 8.319.245,91
(=) Ativo real Líquido	R\$ 43.125.415,37

2.4 Demonstrativo das Mutações Patrimoniais

O demonstrativo às fls. 11-TC apresenta:

VARIAÇÕES ATIVAS

TÍTULO	VALOR – R\$
Receita orçamentária e intra-orçamentária	113.510.359,59
Mutações Patrimoniais	15.833.716,00

Independentes da Execução orçamentária	5.163.339,00
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	134.507.414,69

VARIAÇÕES PASSIVAS

TÍTULO	VALOR – R\$
Resultantes da Execução Orçamentária	118.074.955,24
Mutações Patrimoniais	61.358,50
Independentes da Execução Orçamentária	
TOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS	134.507.414,69

Compõe os valores apresentados na Variações Ativas:

- Receita Orçamentária e intra-orçamentária – R\$ 113.510.359,59 confere com o valor apresentado nos demais demonstrativos, quais sejam, balanço orçamentário, demonstrativo da receita;
- Mutações Patrimoniais composto por: Aquisição de Bens de Estoque R\$ 3.771.921,46; Aquisição de Bens Móveis R\$ 5.704.445,55 e Aquisição de Bens Imóveis R\$ 6.357.348,99, conferindo com os valores apresentados no demonstrativo de movimentação de Almoxarifado e Outras;
- Independentes da Execução orçamentária – R\$ 5.163.339,00, refere-se a crédito a receber da SEFAZ para pagamento da folha de dezembro;

Os valores apresentados nas Variações Passivas é composto por:

- Resultantes da Execução Orçamentária -refere-se a despesas empenhadas no exercícios – R\$ 118.074.955,24;
- Mutações Patrimoniais – Baixas de bens e Serviços – R\$ 61.358,50 – corresponde a baixa de materiais de consumo;
- Decréscimos Patrimoniais= Baixas de Outros créditos R\$ 4.113.510,00 refere-se a créditos recebidos da SEFAZ em janeiro de 2008 para pagamento da folha de dezembro de 2007; Baixas de Bens de Estoque R\$ 3.851.345,04 e Baixa de Bens Móveis R\$ 87.000,00 refere-se a bens doados (ônibus doado para o Sintticondas).

4 – DISPONIBILIDADES

As disponibilidades financeiras são movimentadas no Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. O saldo disponível que transfere para o exercício seguinte apresentado no Balanço Financeiro é R\$ 2.156.769,96. De acordo com a conciliação bancária (fl 32TC) o saldo financeiro ajustado em 31/12/2008 é R\$ 2.178.470,82.

Movimentação de recursos financeiros:

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
(+) Disponibilidade do exercício anterior	5.370.951,37
(+) Transferências recebidas do Governo do Estado	111.478.525,46
(+) Receita Própria	2.031.834,23
(=) Total de recursos financeiros (A)	118.881.311,06
(-) Restos a pagar pagos	2.680.585,67
(-) Consignações de Exercícios anteriores pagas	1.432.923,91
(-) Consignações do Exercício Pagas	20.695.074,23
(-) Despesas pagas no exercício (B)	91.915.957,29
(=) Saldo disp p/ o exercício seguinte/ Balanço Financeiro C= (A-B)	2.156.769,96
(+) Ajustes conforme Conciliação Bancária (D)	21.700,86
(=) Saldo disponível conforme conciliação bancária	2.178.470,82

Fonte: Balanço Financeiro (Fls. 9 TC e Conciliação Bancária fls. 32-TC)

Conforme Conciliação Bancária os ajustes referem-se à:

(+) Créditos não lançados no Razão	R\$ 22.504,36
(-) Débitos a regularizar	R\$ 803,50
(=) Total	R\$ 21.700,86

5– RECEITAS

Foram arrecadadas no exercício (fls. 12 e 13-TC)

5.1. Receita Orçamentária

TÍTULO	VALOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	

RECEITAS CORRENTES	2.031.834,23
Receitas Patrimoniais	400.141,22
Receitas de Serviços	1.166.023,22
Outras Receitas Correntes	465.669,79
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	
Repasso Recebido	111.478.525,46
TOTAL	113.510.359,59

Compõem os valores acima (fls. 12 e 13 TC):

5.1.1. Receitas Patrimoniais - R\$ 400.141,22 referente rendimentos de aplicações financeiras, sendo:

5.1.2. Receitas de Serviços - R\$ 1.166.023,22 sendo:

-provenientes do restaurante R\$ 243.639,97
-fotocópias R\$ 4.393,25
-Inscrição concurso R\$ 117.990,00
-Contrato Banco do Brasil R\$ 800.000,00

5.1.3 Outras Receitas Correntes – R\$ 465.669,79, proveniente de multas aplicadas pelo Tribunal de Contas

5.1.4 Transferências Intragovernamentais – R\$ 111.478.525,46 sendo:

-cota corrente – R\$ 96.440.524,46
- cota de capital - R\$ 15.038.001,00

5.2. Receita Extra-Orçamentária

Foram contabilizadas despesas a pagar e consignações, cujas análises encontram-se no corpo deste relatório.

6- CONSIGNAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS :

6.1 Retenções e Pagamentos

As consignações retidas no exercício somam R\$ 22.458.147,97 e as

pagas R\$ 20.695.074,23, restando a pagar R\$ 1.763.073,74, estando devidamente apresentadas no Balanço Financeiro e Patrimonial. O valor a pagar referem-se à retenções na folha de dezembro a serem recolhidos em janeiro/2009 e corresponde à:

DESCRÍÇÃO	VALOR
INSS Previdência Social	58.351,03
IRRF - Tesouro do Estado	675.386,83
Previdência Estadual	309.406,26
Consignações Diversas(Bancos, Sindicatos, Associações)	719.929,62
TOTAL	1.763.073,74

É apresentado a seguir as principais consignações retidas e pagas mensalmente.

IRRF – Ministério da Fazenda

Mês	Retenção	Recolhimento
Janeiro	0,00	0,00
Fevereiro	0,00	0,00
Março	36.572,02	14.479,94
Abril	0,00	22.092,08
Maio	19.438,90	19.438,90
Junho	0,00	0,00
Julho	0,00	0,00
Agosto	18.956,94	18.956,94
Setembro	0,00	0,00
Outubro	24.511,97	24.511,97
Novembro	0,00	0,00
Dezembro	495,91	496,91
Total	99.975,74	99.976,74
Saldo a recolher		0,00

INSS – Previdência Social

Mês	Retenção	Recolhimento
------------	-----------------	---------------------

Saldo de 2007	244.438,45	0,00
Janeiro	58.756,58	250.379,86
Fevereiro	60.477,06	0,00
Março	56.082,53	113.292,23
Abril	62.149,51	62.023,94
Maio	62.711,56	62.300,59
Junho	64.477,12	56.619,07
Julho	66.323,40	72.337,80
Agosto	64.966,81	64.883,95
Setembro	69.988,51	64.966,81
Outubro	64.764,60	69.988,50
Novembro	64.641,23	65.174,04
Dezembro	124.430,79	123.890,33
Total	1.064.208,15	1.005.857,12
Valor a recolher		58.351,03

Contribuição Previdenciária – Fundo de Previdência do Estado

Mês	Retenção	Recolhimento
Saldo de 2007	214.087,24	0,00
Janeiro	136.441,36	214.087,24
Fevereiro	312.728,63	0,00
Março	313.755,42	449.169,99
Abril	314.863,80	313.755,42
Maio	315.043,86	314.863,80
Junho	342.489,97	315.043,86
Julho	332.074,02	342.489,97
Agosto	337.808,31	332.074,02
Setembro	335.079,53	337.808,31
Outubro	337.738,46	335.079,53
Novembro	332.601,67	337.738,46

Dezembro	337.299,22	360.494,63
Total	3.962.011,49	3.652.605,23
Valor a recolher		309.406,26

IRRF – Tesouro do Estado

Mês	Retenção	Recolhimento
Saldo de 2007	527.876,59	0,00
Janeiro	427.209,79	527.876,59
Fevereiro	660.760,05	0,00
Março	659.318,73	1.087.969,84
Abril	646.248,23	659.318,73
Maio	675.043,04	646.248,23
Junho	864.883,45	675.043,04
Julho	739.851,98	884.015,31
Agosto	724.291,07	720.720,12
Setembro	750.119,24	743.766,64
Outubro	728.389,90	730.643,67
Novembro	777.341,96	752.901,87
Dezembro	893.287,47	970.730,63
Total	9.074.621,50	8.399.234,67
Valor a recolher		675.386,83

6.2. Encargos:

- INSS Patronal

Foram empenhadas e pagas contribuições a favor do INSS, na dotação 3190.13, conforme abaixo:

MÊS	EMPENHO	PAGAMENTO
Janeiro	185.443,99	14/01/08
Fevereiro	182.539,02	22/02/08
Março	191.740,89	28/03/08

Abril	1.769,02	23/04/08	23/04/08
Abril	187.507,03	29/04/08	07/05/08
Maio	186.878,62	12/05/08	03/06/08
Junho	226.384,34	16/06/08	02/07/08
Julho	212.271,33	30/07/08	04/08/08
Agosto	206.655,24	28/08/08	03/09/08
Setembro	214.183,32	30/09/08	02/10/08
Outubro	202.818,36	30/10/08	04/11/08
Novembro	192.123,10	28/11/08	03/12/08
Dezembro/13. Salário	175.631,80	11/12/08	11/12/08
Dezembro/folha	195.217,27	17/12/08	A pagar em janeiro/09
TOTAL	2.561.163,23		

- Previdência Estadual

Foram empenhadas e pagas contribuições a favor da Previdência Estadual, na dotação 3190.13, conforme abaixo:

MÊS	EMPENHO	PAGAMENTO
Janeiro	0,00	--
Fevereiro	577.786,96	28/02/08
Março	47.670,30	03/03/08
Março	313.755,42	28/03/08
Abril	314.863,80	10/04/08
Maio	315.043,86	12/05/08
Junho	342.489,97	16/06/08
Julho	332.074,02	30/07/08

Agosto	337.808,31	28/08/08	03/09/08
Setembro	311.167,43	30/09/08	02/10/08
Outubro	337.738,46	30/10/08	04/11/08
Novembro	332.601,67	28/11/08	A pagar em janeiro/09
Dezembro/13. Salário	27.892,96	12/12/08	19/12/08
Dezembro/folha	309.406,26	17/12/08	A pagar em janeiro/09
TOTAL	3.900.299,42		

PIS/PASEP

A Lei 9.715/98 que dispõe sobre as contribuições para o PIS/PASEP, assim diz:

Art. 2º A Contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente:

*III - pelas pessoas jurídicas de direito público interno, com base no valor mensal das **receitas correntes arrecadadas** (grifo nosso) e das transferências correntes e de capital recebidas.*

*Art. 7º Para os efeitos do inciso III do art. 2º, nas receitas correntes serão incluídas quaisquer receitas tributárias, ainda que arrecadadas, no todo ou em parte, por outra entidade da Administração Pública, e **deduzidas as transferências efetuadas** a outras entidades públicas.*

Art. 8º A contribuição será calculada mediante a aplicação, conforme o caso, das seguintes alíquotas:

III - um por cento sobre o valor das receitas correntes arrecadadas e das transferências correntes e de capital recebidas.

Assim, considerando a exclusão das transferências intragovernamentais, integram a base de cálculo de contribuição para o PIS/PASEP, as receitas próprias.

Foi recolhido o total de R\$ 21.944,16 referente PASEP sobre receitas próprias.

7 – DESPESA

Os processos de despesas analisados, por amostragem, encontravam-se arquivados, acompanhados das NEs devidamente preenchidas e assinadas, Ordem

de Pagamento ou cheque assinados pelo ordenador de despesa e documentos hábeis de comprovação (NF e recibos regularmente atestados), atendendo aos dispositivos legais vigentes.

7.1 – Despesas por Categorias Econômicas

Foram empenhadas e liquidadas no exercício de 2008:

TÍTULOS	VALOR - R\$	%
DESPESAS CORRENTES	105.733.096,92	89,54
Pessoal e Encargos	63.573.520,51	53,84
Vencimentos e Vantagens Fixas	57.112.057,86	48,36
Obrigações Patronais-INSS	2.561.163,23	2,17
Obrigações Patronais-Prev Estado	3.900.299,42	3,31
Outras Despesas Correntes	42.159.576,41	35,70
Diárias – Pessoal Civil	177.500,00	0,16
Material de Consumo	3.771.921,46	3,19
Passagens e Despesas com Locomoção	274.119,52	0,24
Serviços de Consultoria	513.150,00	0,44
Outros Serviços de Terceiros-PF	3.229.912,31	2,73
Outros Serviços de Terceiros-PJ	16.812.911,24	14,23
Obrigações Tributárias Contributivas	21.944,16	0,01
Indenizações e Restituições	17.358.117,72	14,70
DESPESAS DE CAPITAL	12.341.858,32	10,46
Investimentos	12.341.858,32	10,46
Obras e Instalações	6.637.412,77	5,63
Equipamentos e Material Permanente	5.704.445,55	4,83
TOTAL	118.074.955,24	100,00

Fonte: Relatório FIPLAN – FIP 617 (f. 156- TC)

As Despesas Correntes representam 89,54% da despesa total e as

despesas de Capital 10,46%. As Despesas com Pessoal representam 53,84% das Despesas Correntes.

7.2 Despesas Por Função, Subfunções e Programas

ESPECIFICAÇÃO	VALOR – R\$	%
LEGILATIVA	118.053.011,08	99,99
CONTROLE EXTERNO	34.683.097,45	29,38
Fiscalização da Gestão os Recursos Públicos	32.144.492,07	27,22
Fortalecimento do Controle Externo	494.973,00	0,42
Incentivo ao Controle Social	2.040.862,38	1,73
Gestão de Processos	2.770,00	0,01
ADMINISTRAÇÃO GERAL	81.848.760,40	69,32
Apoio Administrativo	81.318.819,95	68,87
Fiscalização da Gestão dos Recursos Públicos	107.529,84	0,10
Valorização dos Servidores	422.410,61	0,35
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	923.210,19	0,79
Gestão da Tecnologia da Informação	923.210,19	0,79
FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	597.943,04	0,50
Fortalecimento do Controle Externo	541.549,74	0,49
Gestão de Pessoas	56.393,00	0,01
ENCARGOS ESPECIAIS	21.944,16	0,01
Operações Especiais	21.944,16	0,01
TOTAL	118.074.955,24	100,00

Fonte: Anexo 7 (f. 22-TC)

A Subfunção Controle Externo representa 29,38% das despesas totais e Apoio Administrativo 69,32%. Merece destaque os gastos no Programa Fiscalização da Gestão dos Recursos Públicos que representa 27,225 da despesa total.

8– DIÁRIAS E ADIANTAMENTOS

8.1. Diárias

As diárias do Tribunal de Contas estão previstas na Resolução nº 611,

da Assembléia Legislativa de 08 de novembro de 2006, nos valores abaixo:

<i>Discriminação dos Cargos</i>	<i>DENTRO DO ESTADO</i>	<i>FORA DO ESTADO</i>
Presidente e Conselheiros	220,00	360,00
Servidores ocupantes dos cargos identificados com a sigla TCDGA-1	200,00	340,00
Servidores ocupantes dos cargos identificados com as siglas TCDGA-2, 3, 4, 5, 6 e 7 e TCDGAS 1 e 2	140,00	245,00
Servidores de nível superior	130,00	200,00
Demais Funcionários	100,00	175,00

No exercício de 2008 foram concedidas diárias num total de R\$ 177.500,00 Os processos analisados por ocasião da análise dos balancetes mensais atendem aos dispositivos legais. De acordo com o relatório SIAF (fls 145 a 157-TC) não há diárias pendentes de apresentação de relatório de viagem.

8.2. Adiantamentos

A concessão de adiantamentos é regulada pelo Decreto 20 de 05/02/1999.

No exercício de 2008, foram concedidos adiantamentos no total de R\$ 127.250,00. As prestações de contas foram analisadas, por amostragem, por ocasião de análise dos balancetes mensais e atendem aos dispositivos legais. Conforme relatório SIAF (fls. 154 e 154-TC) em 31/12/2008 não haviam adiantamentos pendentes de prestação de contas.

9– LICITAÇÕES/CONTRATOS/ÊNIOSNEXIGIBILIDADE/DISPENSA DE LICITAÇÃO:

As licitações foram julgadas pela comissão de licitação nomeada pela Portaria 017/2008 de 06/02/2008 composta pelos membros abaixo:

- Oziel Martins da Silva – Presidente
- Cristina Vargas Reis Monteiro – Membro
- Maura Ferreira Haddad – Membro

-Elaine Crhistiane Pereira Siqueira – Secretária

A Portaria 63/3008 de 17/04/2008 designa a servidora Camila Meirelles Muller para substituir Cristina Vargas Reis Monteiro e Elaine Silva Moura de Amorim para substituir Elaine Crhistiane Pereira Siqueira.

A Portaria 44/2008 de 27/03/2008 designa Oziel Martins da Silva para desempenhar a função de Pregoeiro.

Os processos licitatórios, contratos, convênios, inexigibilidade e dispensa de licitação foram analisados por ocasião da análise dos balancetes mensais, e encontram-se nos relatórios anexos aos balancetes correspondentes.

Na análise geral, constatamos que processos licitatórios atenderam :

- ao artigo 38, *caput* e incisos, sendo processados, autuados, numerados, folhas em ordem numérica dos fatos; avisos de publicações, edital ou convite constam dos autos; parecer do jurídico; solicitação prévia dos recursos orçamentários; autorização do ordenador de despesas para a abertura do licitação; termos de adjudicação e homologação assinados pela autoridade competente; avisos de resultados publicados;
- art. 40 § 1.º - edital assinado pelo presidente da comissão e pelo gestor do órgão;
- art. 43, § 1º- atas assinadas pelos membros da CPL e documentos rubricados pelos membros da comissão e pelos licitantes presentes;
- art. 44 - julgamento pelo menor preço global ou unitário;

Da análise dos instrumentos contratuais, 8.666/93, constatamos que foram observados:

- Possuem cláusulas essenciais, nos termos do artigo 55 e incisos;
- Mencionam os nomes das partes e os seus representantes e a finalidade, de acordo com o artigo 61;
- Representação legítima das Partes e Testemunhas, conforme artigo 135 do código civil;
- Observância ao limite do exercício financeiro ou sua inclusão no Plano Plurianual (art. 57, I);
- Não constatamos cláusulas de antecipação de pagamento (art. 65, c);
- Eleito o foro da Administração - § 2.º do art. 55;

10 – PATRIMÔNIO

10.1. Controle dos bens patrimoniais:

Os bens em uso estão codificados e identificados, com o número

do registro patrimonial por plaquetas de metal.

Há Termos de Responsabilidade por unidade administrativa, relacionando o bem, n.º de Tombamento, estado de conservação e estão assinados pelo Chefe do Setor de Materiais e Patrimônio e pelos responsáveis de cada setor, responsabilizando-se pela guarda e integridade dos mesmos.

Movimentação Ocorrida no Exercício

BENS IMÓVEIS	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2007	22.456.154,62
(+) Aquisições no Exercício	6.357.348,99
(=) Saldo em 31/12/2008	28.813.503,61

BENS MÓVEIS	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2007	6.378.113,79
(+) Aquisições no Exercício	5.704.445,55
(-) Baixa no exercício	87.000,00
(=) Saldo em 31/12/2008	11.995.559,34

10.2. Almoxarifado

O controle de estoque dos materiais de consumo é realizado mediante sistema informatizado que registra as entradas, as saídas para consumo e o estoque final, exceto os materiais e gêneros alimentícios destinados ao restaurante que não foram controlados pelo almoxarifado.

Movimentação ocorrida no exercício

MATERIAIS DE CONSUMO	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2007	600.949,26
(+) Aquisições no Exercício	3.771.921,46
(-) Baixa no exercício	3.912.703,54
(=) Saldo em 31/12/2008	460.167,18

11 – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

11.1. Publicação dos Anexos do RGF (art. 55. § 2º, LRF):

Meio de Divulgação	Local	Quadrimestre	Data	Prazo Legal	Status
DOE	Cuiabá	1.	29/05/08	31/05/08	Dentro do Prazo
D.O.E	Cuiabá/MT	2º	30/09/08	30/09/08	Dentro do Prazo
D.O.E	Cuiabá/MT	3º	30/01/09	31/01/08	Dentro do Prazo

11.2. Despesa com Pessoal (Art. 20, Inciso II, alínea “c”, LRF):

De acordo com o artigo 54 da LRF, ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes o Relatório de Gestão Fiscal.

Esse relatório informa a despesa líquida com pessoal, os limites legal e prudencial previstos na LRF.

O Anexo I do Relatório de Gestão Fiscal do 3. quadrimestre de 2008 (fls.155 -TC) apresenta:

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
DESPESAS COM PESSOAL	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	63.573.520,51	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1.º do art. 19 da LRF (II))	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	63.573.520,51	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = III a + III b)	63.573.520,51	
 APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO ESTADO– RCL (V)		6.181.776.811,41
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) *100		1,03%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, I e III, art. 20 da LRF) - 1,23%		76.035.854,78
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) – 1,17%		72.326.788,69

Conforme demonstrado a Despesa com Pessoal, no exercício de 2008, ficou em **1,03% da Receita Corrente Líquida do Estado**, portanto abaixo do **Límite Máximo de 1,23%** (incisos I, II e III, art. 20 da LRF), e do **Límite Prudencial de 1,17%** (parágrafo único, art. 22 da LRF).

É o relatório.

Cuiabá, 04 de fevereiro de 2009.

Élia Maria Antoniêto

Controlador Interno

**PARECER DA UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
CONTAS ANUAIS
EXERCÍCIO DE 2008**

Em cumprimento ao disposto no inciso XVIII do artigo 6. da Lei Complementar n. 295 de 28 de dezembro de 2007, esta Unidade de Controle Interno, procedeu os exames sobre as Contas Anuais deste Tribunal de Contas, relativas ao exercício de 2008.

1. Destaca-se inicialmente que o Sistema de Controle Interno Interno no Tribunal de Contas foi regulamentado pela Resolução Normativa n. 14 de 16 de dezembro de 2008. O artigo 2. dispõe que a Controladoria Interna é a Unidade de Controle Interno no Tribunal de Contas.
2. Os trabalhos foram conduzidos de acordo com as normas de controle e princípios fundamentais de contabilidade, incluindo revisões parciais dos registros contábeis e outros procedimentos que julgamos necessários nas circunstâncias.
3. Da análise efetuada no Relatório de Resultados de 2008 destacamos o atingimento das metas previstas no “Planejamento Estratégico” da entidade para o exercício.
4. Em análise da execução do orçamentária e financeira, em relação ao disposto na Lei 4.320/64, verificamos que foram escrituradas em conformidade com as normas previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, pois:
 - 4.1 A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos e em nenhum momento durante a execução excedeu o montante autorizado;

- 4.2 Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação funcional-programática da Lei 4.320/64 e suas alterações posteriores;
- 4.3 Houve correção quanto à classificação econômica da despesa (Anexo 1 da Lei 4.320/64 e suas alterações posteriores);
- 4.4 Ficou caracterizada a observância das fases da despesa estabelecidas nos Artigos 60, 63 e 64 da Lei 4.320/64;
- 4.5 As notas de empenhos e ordens de pagamentos estão acompanhadas de documentação comprobatória hábil (notas fiscais, recibos, faturas, conhecimentos, bilhetes, etc) nos termos da legislação vigente;
- 4.6 Houve prestação de contas dos adiantamentos concedidos (Art. 68 da Lei 4.320/64);
- 4.7 Houve apresentação de relatórios de viagens nas diárias concedidas;
- 4.8 Os bens móveis e imóveis adquiridos no decorrer do exercício foram contabilizados nas contas patrimoniais respectivas;
- 4.9 No controle contábil das operações financeiras extra-orçamentárias não foi constatada nenhuma irregularidade;
- 4.10 Analisando-se os créditos adicionais abertos no exercício, observa-se a existência de autorização legal para a abertura bem como a indicação dos recursos para a sua cobertura, conforme prescrito no Art. 43 da Lei 4.320/64;
- 4.11 Houve controle mensal das entradas, saídas e saldos dos materiais de consumo estocados;
- 4.12 Houve recolhimento das contribuições previdenciárias, Imposto de Renda Retido na Fonte e PIS/PASEP;
- 4.13 Da análise efetuada nos processos licitatórios, contratos, convênios,

dispensas e inexigibilidade de licitação, constatamos a adequação dos procedimentos aos preceitos legais;

5. Em relação ao resultado da execução orçamentária cabem as seguintes considerações:

5.1 O déficit na execução orçamentária no valor de R\$ 4.564.595,55 é decorrente da folha de pagamento de dezembro e encargos no total de R\$ 5.463.923,72 que foi empenhada em dezembro, mas será paga em janeiro. O Balanço Patrimonial registra na Rubrica Acréscimos Patrimoniais/ Incorporação de Outros Créditos o valor de R\$ 5.163.339,00 referente a crédito a receber da SEFAZ para pagamento da folha;

5.2 Quanto aos Restos a Pagar, foram inscritos em Restos a Pagar Processados o total de R\$ 5.463.923,72 referente a folha de pagamento de dezembro que será paga em janeiro.

5.3 Confrontando-se o valor inscrito em Restos a Pagar com a disponibilidade de Caixa em 31/12/2008, verifica-se a suficiência financeira para o pagamento dos valores inscritos em Restos a Pagar, conforme abaixo:

Especificação	Valor em 31/12/2008
Saldo em conta corrente bancária – Fonte 100 -Tesouro	1.083.348,55
Crédito a receber da SEFAZ	5.163.339,00
TOTAL DOS RECURSOS DISPONÍVEIS	6.246.687,55
(-) Valores inscritos em Restos a Pagar	5.463.923,72
(=) Saldo disponível	782.763,83

6. A Despesa com pessoal, no exercício de 2008 ficou em **1,03% da Receita Corrente Líquida do Estado**, portanto abaixo do **Límite Máximo de 1,23%** (incisos I, II e III, art. 20 da LRF), e do **Límite Prudencial de 1,17%** (parágrafo único, art. 22 da LRF);

CONCLUSÃO

Diante do exposto, em nossa opinião, os registros e documentos examinados traduzem adequadamente a execução orçamentária, financeira e patrimonial, do exercício de 2008, de responsabilidade dos administradores, **José Carlos Novelli** (período de 01/01a 31/01/2008) **Antônio Joaquim Moares Rodrigues**

Neto (Período 01/02 a 31/12/2008) e que as metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei Orçamentária do exercício e no Planejamento Estratégico da entidade, foram adequadamente cumpridas.

Cuiabá, 04 de fevereiro de 2009.

Élia Maria Antoniêto
Controlador Interno